

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

Leticia Barros Simão

VIOLÊNCIA ONLINE E QUESTÕES DE GÊNERO: MULHERES RAIVOSAS E HOMENS FRÁGEIS?

Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel (Trabalho de Conclusão de Curso).
Orientadora: Helena Rizzatti Fonseca.

Juiz de Fora
2025

DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA E AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Eu, **LETICIA BARROS SIMÃO**, acadêmica do Curso de Graduação Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, regularmente matriculado sob o número 202172044A, declaro que sou autor do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **VIOÊNCIA ONLINE E QUESTÕES DE GÊNERO: MULHERES RAIVOSAS E HOMENS FRÁGEIS**, desenvolvido durante o período de 15 de novembro de 2024 a 11 de março de 2025 sob a orientação de HELENA RIZZATTI FONSECA, ora entregue à UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF) como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel, e que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho.

Assim, firmo a presente declaração, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais.

Desta forma, na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Juiz de Fora a publicar, durante tempo indeterminado, o texto integral da obra acima citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas e ou da produção científica brasileira, a partir desta data.

Por ser verdade, firmo a presente.

Juiz de Fora, 10 de março de 2025.

Leticia Barros Simão

Marcar abaixo, caso se aplique:

Solicito aguardar o período de (x) 1 ano, ou () 6 meses, a partir da data da entrega deste TCC, antes de publicar este TCC.

OBSERVAÇÃO: esta declaração deve ser preenchida, impressa e assinada pelo aluno autor do TCC e inserido após a capa da versão final impressa do TCC a ser entregue na Coordenação do Bacharelado Interdisciplinar de Ciências Humanas.

VIOLÊNCIA ONLINE E QUESTÕES DE GÊNERO: MULHERES RAIVOSAS E HOMENS FRÁGEIS?

Leticia Barros Simão¹

RESUMO

Este artigo investiga a intrincada e complexa relação entre gênero e violência em ambientes online, explorando como as expressões de masculinidade e feminilidade são moldadas e perpetuadas por meio de publicações digitais. A pesquisa adota a metodologia de revisão de literatura, analisando criticamente artigos publicados nos últimos cinco anos (ou anos anteriores, mas que são de grande relevância ao tema) que abordam temas como machismo, misoginia online e a chamada "machosfera", utilizando as plataformas Google Acadêmico e Scielo. A análise parte do pressuposto de que as normas de gênero, construídas historicamente e reforçadas por estruturas sociais, encontram novas formas de manifestação e perpetuação nas redes sociais. A violência online, antes frequentemente invisibilizada, ganha visibilidade através de discursos de ódio, comportamentos abusivos e a disseminação de estereótipos prejudiciais que reforçam desigualdades de gênero. A pesquisa destaca a importância de desconstruir os padrões de comportamento esperados para homens e mulheres, e de questionar a estrutura patriarcal que subjaz a essas normas. A análise crítica das expressões de gênero online revela como a violência se manifesta em diferentes formas. Os resultados da revisão de literatura apontam para a necessidade urgente de compreender a violência online como um fenômeno sistêmico, profundamente enraizado em desigualdades históricas e amplificado/facilitado pelas dinâmicas das redes sociais. Essa análise crítica contribui para a desconstrução de estereótipos, a promoção de ambientes virtuais mais seguros e igualitários, e o desenvolvimento de estratégias eficazes para combater a violência de gênero online.

PALAVRAS-CHAVE: Misoginia online. Gênero. Violência contra a mulher.

1. INTRODUÇÃO

A construção social do ser homem e do ser mulher perpassa questões diversas e bastante complexas, como gênero, classe, raça, sexualidade, religião, nacionalidade e tantos outros fatores. Mesmo com o entendimento contemporâneo de que não há fórmula de ser homem e de ser mulher, existem padrões de gênero que guiam a construção social dos indivíduos e que são seguidos, em certas medidas. Na atualidade, esses padrões são produzidos e reproduzidos também nas redes sociais.

A norma é representada em nossa sociedade pelo homem branco, heterossexual, morador de uma cidade urbanizada, de religião cristã. Nessa sociedade, esse tipo não precisa mais ser nomeado. Ele já ocupa um lugar de sujeito público, político e subjetivo, onde todas as outras expressões de ser o são a partir dele. Ou não são à medida em que se afastam dele, da norma.

O determinante social de gênero é fundamental para as análises sociais dos mecanismos de organização social. Historicamente, as mulheres foram mais descredibilizadas quando o assunto eram as experiências em saúde, principalmente na saúde mental. Elas eram retratadas nos estudos, mas não estavam entre os profissionais estudiosos. De maneira geral, percebemos que homens escrevem mais sobre as mulheres do que elas mesmas, em todas as áreas de conhecimento. (Zanello, 2018)

Assim, temos um extenso histórico de produções científicas de saúde e humanidades que retratam a experiência humana a partir da existência masculina, categorizando, identificando, classificando e rotulando pessoas sob uma lógica masculina. (Zanello, 2018) Muitas expressões femininas foram tomadas como sintomáticas, destoantes e problemáticas, por se tratarem de uma diferenciação do referencial esperado, que era masculinizado, e assim, muitas mulheres foram patologizadas.

Socialmente existem certos comportamentos esperados para homens e para mulheres, denominados *scripts*. Segundo Zanello *apud* Ryder et al. (2011), os "*scripts* se referem a unidades organizadas de conhecimento que codificam e propagam significados/sentidos e práticas." (p. 264) Se

¹ Graduando em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel. Orientadora: Helena Rizzatti Fonseca.

entendemos que o gênero é condição de estrutura para a nossa sociedade, os *scripts* que baseiam o comportamento esperado de homens e mulheres devem ser questionados, pois acarretam em estereótipos de performance para ambos os gêneros.

O patriarcado enquanto estrutura de poder político, alicerçado na diferença binária e no domínio masculino, sugere funções subjetivas distintas para homens e mulheres. Eles ficam com “a individualização e autonomia, ou a independência; já as mulheres, a ligação e o cuidado, ou seja, a interdependência.” (Zanello *apud* Dimen, 2018, p. 32) Ou seja, mesmo com a individualidade, a cultura tem forte influência nas experiências humanas, constituindo pensamentos e respaldando ações.

Popularmente, existe um consenso sobre o que é violência e quais suas características, mesmo que esse entendimento possa ter nuances e variações. Segundo Saffioti (2015), o conceito de violência é entendido como uma transgressão da integridade de uma vítima, sendo ela física, sexual, psíquica, e/ou moral. Neste trabalho, tratarei principalmente dos tipos de violência psíquica e moral, cometidas e perpetuadas na internet.

Segundo o relatório Visível e Invisível: a Vitimização de Mulheres no Brasil (2023) - elaborado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em conjunto com o Instituto Data Folha, patrocinado pela Uber - que trata de reunir e analisar dados sobre segurança pública e violência contra a mulher no Brasil, durante o ano de 2022, além de também levantar possíveis caminhos de enfrentamento para essas problemáticas “é a desigualdade de gênero nas relações entre homens e mulheres, consolidada ao longo de centenas de anos, que delinea as assimetrias e produz relações violentas através de comportamentos que induzem as mulheres a submissão (Bianchini, Bazzo e Chakian, 2022).”

O relatório também aponta, como uma das causas de aumento nos índices de violência contra a mulher, a ação política coordenada e sistemática de movimentos ultraconservadores, que se voltaram para a pauta da violência contra a mulher com o intuito de desmobilizar e deslegitimar lutas e debates pela igualdade de gênero.

Esses movimentos se organizam principalmente online, em redes sociais, onde se sentem confortáveis e protegidos pelo sigilo de seus perfis com pouca ou nenhuma identificação, e pela liberdade de poderem publicar conteúdos e declarações que não passam por algum filtro ético e legal. A doutora em antropologia Adriana Dias, identificou mais de 530 células extremistas no Brasil em 2022, e classificou-as em categorias, sendo “Masculinismo Supremacia Misógina e Neo-Paganismo racista” uma delas. (Figueiredo, 2022)

A expansão do acesso à internet, impulsionada pela popularização dos smartphones a partir de 2013, transformou as dinâmicas de comunicação e interação social, intensificando a produção e circulação de conteúdos nas redes sociais. Há um intenso e crescente uso gradual das redes sociais no mundo e por meio delas novos conteúdos têm circulado. O ano de 2013 marca uma crescente nas vendas de smartphones no Brasil (Cesarino, 2021), e a partir dessa aquisição, um contingente muito maior de pessoas passou a estar conectada online nas redes sociais. Com isso, os conteúdos circulados nas mídias online são mais facilmente acessados, alimentados e compartilhados, e isso é propiciado pelos “*loops* algorítmicos da internet participativa”. (Cesarino, 2021, p. 10) Mesmo que as redes sociais e o uso da internet sejam elementos do domínio/convívio público há algumas décadas, o aumento da aquisição de smartphones desencadeou uma mudança significativa na forma como as pessoas usam a internet e as redes sociais.

A violência contra grupos socialmente vulneráveis que já existia na “vida real”, passou a ganhar cor no mundo virtual. Homens (e mulheres) imbuídos de ideias sexistas usam seus perfis (anônimos ou não) nas redes sociais para propagar seus pensamentos preconceituosos, e encontram pares concordantes que endossam suas falas.

O objetivo geral deste trabalho é elaborar sobre os desdobramentos da violência expressada em ambientes online no que tange às questões de gênero, analisando expressões de masculinidade e feminilidade a partir de publicações que tratam dessa temática.

Através de uma revisão bibliográfica de literatura, foram analisados artigos publicados nos últimos 5 anos que tenham notória relevância sobre o assunto, a partir dos descritores “machismo”, “misoginia online”, “machosfera”, nas plataformas Google Acadêmico e Scielo. Os descritores pesquisados nas plataformas de dados, estavam descritos nos títulos, nos resumos ou no corpo do texto dos artigos encontrados. Também foram utilizados livros pertinentes à temática, artigos mais antigos que são importantes para a compreensão e fundamentação teórica do tema, publicações jornalísticas, e artigos encontrados a partir do referencial teórico de outros artigos.

Os critérios de inclusão para a pesquisa foram delimitados: somente artigos e livros que abrangem a temática sobre violência online e questões de gênero, em idioma de língua portuguesa, inglesa ou espanhola, gratuitos e disponibilizados na íntegra para leitura. Foram critérios de exclusão: artigos que não correspondiam aos critérios ou que não atendiam aos interesses da pesquisa, e que não estavam disponíveis na íntegra gratuitamente.

Na seção de discussão, trouxe uma breve contextualização sobre as identificações e construções sociais de gênero, perpassando o conceito de dispositivo de Foucault (1988) e as interações sociais que a misoginia, o machismo e a violência de gênero abarcam na linguagem, nas relações e nas práticas.

Nas considerações finais, apontei possíveis caminhos para o desdobramento de pesquisas que procurem desvendar os contextos da violência de gênero e suas interseções com as dinâmicas de funcionamento das redes sociais, que articula uma pretensa liberdade de expressão com fortes marcações da misoginia.

2. DISCUSSÃO

Desde a infância, os meninos são incentivados a desfrutar de brincadeiras de cunho violento, como “lutinhas”, brincar de policial ou soldado, usar espadas, brincar com bonecos com armaduras e armas, jogos de batalha e guerras, dentre outros. Essas brincadeiras ensinam de forma lúdica que a agressividade deve ser desenvolvida e reforçada no comportamento cotidiano de meninos e homens.

Estar reconhecido e identificado em uma identidade pressupõe adequações aos conceitos que ela engloba, dando sentido de pertencimento, mas também, escancarando contradições pessoais e divergências existenciais. (Louro, 2000) Por isso, as identificações sexuais e de gênero não precisam ser permanentes, pois há nuances históricas, indesejáveis, empíricas, teóricas, rejeitáveis e transitórias nessas identidades, que vão servir em certo momento, mas não em outro.

Crítérios de caracterização do corpo entram enquanto direcionadores de identidade. Estética, moda, adornos, pinturas corporais e maquiagens, higiene, tamanho dos pelos, postura e comportamento. O poder de atuação é delimitado e determinado socialmente a depender do gênero do indivíduo, mas os movimentos emancipatórios que as mulheres têm feito no decorrer dos anos têm questionado e criticado essa construção de papéis deterministas para homens e mulheres, como a obrigação feminina com os afazeres domésticos e do cuidado com os filhos, e a facilidade masculina para a vida pública. Com as mudanças da sociedade, também temos percebido que essas distinções não são plausíveis nem praticáveis, e são também limitantes para ambos os gêneros.

Esses processos de construção social ocorrem por meio do que Foucault (1988) definiu como dispositivo, que ajuda a analisar esse tema de forma mais aprofundada. O dispositivo é um conjunto heterogêneo de elementos que incluem discursos, instituições, leis, arquitetura e práticas sociais, todos interligados para produzir e regular determinadas relações de poder e saber. Esses dispositivos não são estruturas fixas, mas sim mecanismos dinâmicos que se adaptam e se transformam ao longo do tempo.

2.1 MISOGÍNIA E INTERAÇÕES SOCIAIS

Segundo Albuquerque e Alves (2024) “podemos notar uma compreensão de mundo engenhosamente pautada em normas socioculturais misóginas, que intentam resgatar tradições patriarcais e, assim, incitar a violência contra as mulheres em distintas interações, o que inclui, evidentemente, as interações mediadas on-line.” (p. 18)

A ideia de que o homem tem posição dominante em relação à mulher não é somente o que define a misoginia. O conceito também traz a ideia de que a mulher fica subsumida aos trabalhos não produtivos, que demandam maior empenho e dedicação (Albuquerque e Alves, 2024) mental, pois também exigem evidente atenção. Esses trabalhos não produtivos estão mais relacionados a tarefas domésticas, de cuidado, de gerenciamento e organização,

Nos usos dos recursos da misoginia, tanto em ambientes reais quanto em virtuais, há uma tentativa de recolocar a mulher nesse lugar único e obrigatório do trabalho não produtivo. Estando vinculada a afazeres que demandam muita energia e atenção, não sobra tempo nem viço para o pensamento crítico sobre sua realidade subjugada, ficando a mercê dos homens e de suas ideologias masculinistas e sexistas.

As redes sociais online são plataformas de interação social, e tais interações “acionam pessoas que, por apenas existirem, são subjugadas, vulnerabilizadas e roubadas de sua própria subjetividade.” (Albuquerque e Alves, 2024, p. 4)

A violência de gênero online pode ser, assim, analisada como um dispositivo que opera através de diversas plataformas digitais, como redes sociais, aplicativos de mensagens e fóruns online. Essa violência manifesta-se de diversas formas, incluindo assédio, cyberbullying, disseminação de imagens íntimas não consensuais, discurso de ódio e ameaças.

Frequentemente, o termo “mimimi” é usado para desacreditar alguma denúncia ou reclamação relacionada a violências cotidianas sofridas pelas mulheres. A expressão traz a ideia de choro, lamúria e é correlacionada à tentativa de redução e desqualificação da importância de pautas relevantes e complexas, geralmente sobre direitos humanos.

Pasinatto e Oliveira (2023) analisaram dois recortes da rede social X (antigo *Twitter*) onde uma mulher repudiava a possível contratação do jogador de futebol Robinho para o clube Santos, que foi acusado e condenado pelo crime de estupro, e em resposta, várias pessoas, em sua maioria homens, usaram de discursos misóginos, agressivos e machistas para desqualificar a autora do post e sua queixa contra a ação do clube. As autoras (Pasinatto e Oliveira, 2023) vão elaborar a partir disso que

ao responderem o tweet da torcedora da forma como procederam, os sujeitos, “no lugar de homens”, se sentem autorizados, a partir de todo o contexto sócio-histórico de uma sociedade patriarcalista, cujos resquícios ainda são óbvios no comportamento dos sujeitos na contemporaneidade. Além disso, acredita-se que o próprio contexto digital, que traduz a falsa ilusão de que a internet “é terra sem lei”, também contribui para que esses sujeitos materializem essas falas misóginas. (p. 12)

Os diversos usos de termos desqualificadores ao se referir a mulheres, a movimentos feministas ou a denúncias de cunho misógeno, reifica uma posição de subjugação do outro pela linguagem. Há um combate à luta feminista bastante explícito, que tem como objetivo deslegitimar, embargar, cessar o debate sobre comportamentos nocivos às mulheres. Pasinatto e Oliveira (2023) vão dizer que “[...] a linguagem/língua fascista funciona materializando processos de exclusão e de segregação das minorias que são subsumidas a um poder. E, à medida que trabalha nesse viés, contribui para a reprodução das condições de produção de uma sociedade em que se multiplicam discursos que negam os direitos fundamentais.” (p. 5)

Os encontros sociais, em sua complexidade e heterogeneidade, impulsionam os indivíduos a realizar uma série de ações, entre as quais se destacam as atividades linguísticas (Albuquerque e Alves, 2024). No contexto das interações online, a diversidade de relações e rituais estabelecidos fornece elementos para compreender a dinâmica dos conflitos em ambientes digitais, incluindo aqueles que perpetuam a opressão contra grupos socialmente vulneráveis (Albuquerque e Alves, 2024).

Essas práticas violentas, enraizadas no cotidiano, visam à manutenção e ao reforço das desigualdades sociais, encontrando sustentação nas ideologias dominantes que estruturam a sociedade. A naturalização da violência, em suas diversas formas, contribui para a perpetuação de estruturas de poder que marginalizam e excluem grupos historicamente oprimidos.

É importante ressaltar que as metapragmáticas de violência linguístico-discursiva são frequentemente legitimadas por meio de enunciações que buscam dissimular a gravidade desses atos violentos, classificando-os como meras “brincadeiras” ou “opiniões” (Albuquerque e Alves, 2024). Essa estratégia de minimização da violência contribui para a sua banalização e naturalização, dificultando o seu combate e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

A partir da perspectiva de grupos marginalizados e oprimidos, ações que visam desconstruir desigualdades de gênero e promover a emancipação feminina frequentemente enfrentam resistência por parte daqueles que se sentem prejudicados em seus direitos (Albuquerque e Alves, 2024). Essa resistência se manifesta, em parte, pelo fato de conquistas feministas, que buscam a equidade entre os gêneros, serem interpretadas como uma forma de privilegiar as mulheres em detrimento dos homens, reforçando, assim, discursos machistas, misóginos, patriarcais e antifeministas. (Albuquerque e Alves, 2024)

Historicamente, homens têm exercido poder - tanto simbólico quanto físico - para anular as vozes e perspectivas das mulheres em diversos espaços sociais. Então, é importante destacar que o objetivo não é silenciar a opinião masculina de forma generalizada, mas questionar a legitimidade daqueles que se

posicionam sobre o feminismo sem compreender suas bases e implicações, impedindo, assim, o avanço em direção à justiça social. (Albuquerque e Alves, 2024)

Vale ressaltar que a contestação da legitimidade de certas opiniões masculinas sobre o feminismo não implica na exclusão dos homens do debate sobre igualdade de gênero. Pelo contrário, a participação masculina consciente e informada é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. No entanto, é preciso reconhecer que o protagonismo na luta por direitos e igualdade deve ser das mulheres, que historicamente foram excluídas e silenciadas.

Por conta da escassez dos dados disponíveis para analisar o fenômeno, existem poucos estudos mais amplos sobre a incidência de violência de gênero online internacionalmente, mesmo depois de uma década da implantação das redes sociais. A escassez de dados públicos, oficiais e prontamente acessíveis sobre as violências de gênero resulta em uma percepção distorcida desses atos, frequentemente interpretados como eventos fortuitos, casos isolados perpetrados por indivíduos desviantes, e, conseqüentemente, passíveis de negação. (Bosch e Gil-Juarez, 2021) Essa deficiência informacional coloca obstáculos para a visualização e o diagnóstico preciso dessa forma de violência, bem como para o reconhecimento de sua natureza sistêmica, persistente e profundamente arraigada na cultura e nas estruturas sociais. (Bosch e Gil-Juarez, 2021)

Ainda segundo Bosch e Gil-Juarez (2021):

As poucas pesquisas internacionais sobre violência online, coletadas em relatórios de órgãos da UE (FRA, 2014; VAN DER WILK, 2018; EIGE, 2017) e de entidades internacionais da sociedade civil (WOMEN'S MEDIA CENTER - WMC, 2019; EUROPEAN WOMEN'S LOBBY, 2017; AMNESTY INTERNATIONAL, 2018), contêm informações relacionadas à prevalência da violência machista online. Embora alguns dados provenham de estudos mais amplos sobre cyberbullying em geral (DUGGAN, 2017) e os estudos divirjam em porcentagens por países, ano de publicação e definições, eles coincidem em algumas tendências em relação à violência machista online, relevantes para entender o fenômeno. A maioria das violências online é sofrida por mulheres e grande parte delas é violência machista. As pessoas que participam de chats e jogos com nicks femininos recebem mais mensagens ameaçadoras e com conteúdo sexual. A maioria dos agressores são homens e a maioria das mulheres conhece seus agressores. Finalmente, as pessoas LGBTQBIQ* são altamente agredidas, mais do que as pessoas heterossexuais. (p. 4)

Há três grandes formas de exercer violência online e fora da internet, de acordo com Nuria Bosch e Adriana Gil-Juarez (2021): 1) através do uso de discurso violento utilizando de sexismos e argumentos baseados em sexo e gênero para desvalorizar mulheres, pessoas LGBTQIA+ e seus feitos; 2) práticas de violências de gênero sofisticadas com o intuito de propagação e ampliação de seus efeitos; 3) violência de cunho sexual que pretende controlar as mulheres, seus corpos e suas expressões de sexualidade.

A violência online mais comum é altamente sexista e busca desvalorizar e minar as capacidades, o poder e a autoestima de feministas, mulheres empoderadas e mulheres e pessoas LGBTQBIQ* que são atacadas. [...] Esses tipos de violência incluem insultos baseados em sexo, gênero e/ou orientação sexual, que aumentam com outras interseccionalidades. Mas também incluiria cyberbullying, mansplaining, discurso de ódio, ameaças, flaming, e-bile ou falsas acusações. (Bosch e Gil-Juarez, 2021, p)

A violência online carrega uma particularidade, a facilidade de disseminação e viralização, e o caráter grupal. Com a facilidade de compartilhamentos simultâneos, a possibilidade de se esconder por trás de um perfil falso sem identificação ou com informações de terceiros, e com a sensação de impunidade, as pessoas se sentem mais autorizadas a disseminarem discursos de ódio na internet sem sofrer nenhuma penalidade por isso. E também, há uma maior facilidade em encontrar grupos que disseminam ódio, e fazer parte deles.

O “assédio online”, de acordo com Alice Marwick e Robin Caplan (2018), é um termo guarda-chuva para designar expressões de importunação online, que é definido de diferentes maneiras por diferentes estudiosos.

Estudos mais recentes definem o assédio online como uma gama mais ampla de comportamento. Por exemplo, em sua pesquisa com mais de 3.000 americanos, Lenhart *et al.* definiu 10 comportamentos que constituem assédio: ser chamado de nomes ofensivos, ser envergonhado online, ser fisicamente ameaçado online, ser assediado sexualmente online, ser assediado por um longo tempo, ser ferido online por um parceiro romântico, ser personificado, espalhar rumores prejudiciais online, encorajar outros a assediá-lo online e tentar ferir a vítima pessoalmente após assédio online (Amanda Lenhart, Michele L. Ybarra, Kathryn Zickuhr e Myeshia Price-Feeney 2016). (p. 2, 3)

O recurso do assédio, frequentemente utilizado como mecanismo de controle do comportamento feminino no ambiente online, exerce um efeito inibidor significativo sobre a participação das mulheres na esfera pública, tanto no espaço virtual quanto no físico. (Marwick e Caplan, 2018) Quando mulheres se sentem inseguras para expressar suas opiniões online, a diversidade de perspectivas é reduzida, empobrecendo o discurso público.

Lima-Santos & Santos (2022) discorrem sobre as particularidades da misoginia online e das possibilidades que a internet proporciona enquanto um veículo que aproxima os discursos misóginos e a “[...] cultura neoliberal de performance hiper-sexualizada da feminilidade, a qual atravessa em particular as redes sociais e reifica os significantes de diferença de gênero.” (Álvares, 2017, p.103, *apud* Lima-Santos & Santos, 2022). O ambiente virtual tem em sua estruturação mecanismos que viabilizam a propagação da violência de gênero, disponibilizando aos atores de violência anonimato, amplificação das ideias e postagens, relativização dos padrões éticos de condutas e comportamentos que podem ser lidos como piada ou brincadeira, impunidade pelo anonimato, dificuldade de identificação da extensão do dano causado, e simultaneidade para multiplicar ideias prejudiciais. (Silva, 2022)

2.2 MACHOSFERA E VIOLÊNCIA ONLINE

O dispositivo da “manosfera” ou “machosfera” consiste em uma associação de comunidades online que se juntam em torno de um interesse em comum: discursos anti-feministas e fomentar ideias pelos direitos dos homens. Esses direitos reivindicados, segundo eles, são poucos e menores que os direitos que as mulheres detêm socialmente. Esses homens têm enquanto referência de masculinidade, identidades tradicionais, e a busca pelo resgate dessas identidades justificam seus comportamentos violentos e combativos contra mulheres e homens que não seguem essa lógica. (O’Malley, Holt e Holt, 2020)

De forma articulada e organizada, ataques também são combinados nesses grupos, tendo como alvo páginas feministas, sites, invasões de contas, com o intuito de silenciar, frear ou derrubar veículos que fazem denúncias e promovem discussões contra o machismo, a violência de gênero, o colonialismo e o neoliberalismo. Esses grupos compõem a machosfera, que consiste em espaços virtuais onde homens heterossexuais e cisgênero compartilham o sentimento de perda de privilégios para as mulheres, e debatem sobre isso, utilizando de argumentos misóginos e violentos para justificar sua perda. Vilaça e d’Andrea (2021) vão dizer que o “ódio primeiramente direcionado para as mulheres pode ter a ver com uma frustração de entrada na hierarquia homosocial, já que entendem que a rejeição das mulheres é uma negativa de direitos inatos.” (p. 434)

A machosfera utiliza uma epistemologia que coloca o feminismo enquanto um movimento de ódio aos homens, os pintando em posição de vítimas. Esses grupos online identificados com a machosfera, geralmente se concentram em fóruns no Reddit ou 4Chan, e neles fazem postagens de orientação sobre como tratar mulheres, combinam formas de assediado conteúdos feministas com comentários e xingamentos. (Marwick e Caplan, 2018)

Essas plataformas de fóruns favorecem a propagação de ideias preconceituosas. Segundo Gracila Vilaça e Carlos d’Andréa (2021) “o Reddit, ao centralizar a liberdade de expressão em suas políticas, parece ter favorecido uma radicalização de práticas transgressoras e tóxicas que permeiam e constroem espaços homosociais que habilitam o desabrochar de masculinidades reacionárias feitas em conjunto com as plataformas online anonimizadas.” (p. 416)

Ao aprofundar nesse discurso percebe-se que ele é maquiado e disfarçado, mostrando que suas ideias trazem a perpetuação do patriarcado, manutenção de opressões de gênero, sexismo, uma evolução de discursos machistas, misoginia, transfobia, sexualização de mulheres, na intenção de tentar preservar uma hierarquia social onde o homem se mantém no topo. Esses homens acreditam que socialmente existem benefícios para as mulheres, que são conquistados em detrimento da diminuição da masculinidade e da concepção moral do que é ser homem.

A narrativa gira em torno, principalmente, dos papéis de gênero e comportamentais. Os posts oferecem uma espécie de manual de condutas para homens, sobre como se relacionar, tratar e pensar sobre mulheres e suas ações, no intuito de promover um resgate da masculinidade dominante e hegemônica, que foram roubadas da sociedade pelos movimentos feministas, segundo eles. (Suzuki, 2023)

A manosphere, considerando-se uma análise linguística, de acordo com Marwick e Caplan (2018), se reúne em torno de um “discurso anti-feminista”. Mesmo que dentro de cada comunidade online existam assuntos mais recorrentes e destacáveis, o ódio às mulheres sempre está presente em todas elas. Eles possuem vocabulário específico, teorias, ideologias, cultura em comum, e esses pontos contribuem para o sentimento de comunidade e pertencimento. Na manosphere, homens discorrem o mundo a partir das mulheres: elas gozam de privilégios e os “homens brancos heterossexuais são os verdadeiros oprimidos” (Amato & Miguel, 2024, p. 5).

Existem diversos livros, artigos, teorias e outros recursos que dão fundamentação teórica para os masculinistas (por exemplo o livro *The Legal Subject Of Men* de Ernest Belfort Bax (2018)², as teorias do psiquiatra Richard Gardner (1998), o livro *The Myth Of Male Power* de Warren Farrell (2002)³, dentre outros). Muitos homens já publicaram e publicam academicamente sobre a desvantagem masculina. Frequentemente reivindicam o alistamento militar obrigatório para mulheres, a legitimidade de grupos masculinos em espaços universitários para discutir suas masculinidades, a alienação parental dos filhos feita pelas mulheres, e o desempenho de funções naturalmente femininas como engravidar e parir e se manter sempre bela e prestativa ao homem. Esses pensamentos estão presentes nas postagens online, sendo utilizados como fundamentação teórica para o discurso de ódio disseminado pelos participantes.

Outro aspecto também importante a se considerar é a produção de uma masculinidade hegemônica que precisa de uma masculinidade mais frágil para se sobrepor, fazendo uso tanto do sexismo quanto da homofobia. Também existem padrões para ser macho, o que implica em normativas pré-estabelecidas as quais se deve adequar. Mas esses padrões são difíceis de alcançar e isso gera angústia nos homens que não se adequam. Nas comunidades online, homens que não conseguem alcançar esse patamar, encontram um culpado em comum para despejar suas frustrações com a própria classe: as mulheres.

Temos enquanto determinantes sociais de saúde da mulher a violência de gênero como um dos fatores de risco para a manutenção e promoção de saúde mental das mulheres. Para Medeiros & Zanello (2018): “[...] a violência física, sexual e psicológica tem sido associada com diversos problemas psiquiátricos tais como depressão, ansiedade, fobias, estresse pós-traumático, suicídio, tentativa de suicídio, abuso de álcool e drogas, insônia, exacerbação de sintomas psicóticos, problemas alimentares, depressão pós-parto, transtorno bipolar.” (p. 386-387)

De acordo com a Lei Maria da Penha (nº 11.340/2006), a violência psicológica se caracteriza como qualquer ação que cause: “dano emocional e diminuição da autoestima; prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento da mulher; ou vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões [...]”. (Instituto Maria da Penha)⁴ A partir dessa definição, podemos entender a misoginia online enquanto um componente de ação de violência psicológica, pois ativamente versa sobre a diminuição moral e degradante da mulher enquanto indivíduo, agredindo concepções comportamentais, físicas, decisões e posicionamentos.

A análise da violência de gênero online permite compreender como as relações de poder e saber são mobilizadas para perpetuar a desigualdade de gênero no ambiente digital. As normas e os discursos que circulam online, muitas vezes reforçando estereótipos e preconceitos, contribuem para a construção de um ambiente hostil para mulheres. Além disso, a impunidade e a falta de mecanismos eficazes de proteção e reparação reforçam a sensação de vulnerabilidade e contribuem para a perpetuação da violência.

² BAX, B. *The Legal Subject Of Men*. Forgotten Books, 2018

³ FARRELL, W. *The Myth Of Male Power*. New York: Berkley Trade, 2002

⁴ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/11340.htm. Acesso em 10 de março de

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Faz-se extremamente necessário refletir e aprofundar sobre os impactos e desdobramentos que os discursos agressivos contra as mulheres têm nas relações interpessoais entre os indivíduos identificados como de gêneros opostos. (Ugalde, 2023) A força exercida pelas palavras e pelas ideias por elas construídas, precisa ser compreendida e questionada para que possamos combater a misoginia e o machismo. Para isso é preciso captar as brechas nesse discurso, que tenta disfarçar violência com a preocupação pelo estilo de vida feminino ou masculino, agregando valor ou não.

As discussões sobre sexualidade e gênero mantêm-se em constante modificação e atualização. São criadas outras respostas e resistências, assim como novos tipos de intervenção social e política. Observa-se na atualidade um ressurgimento das gramáticas conservadoras, buscando atrair e mobilizar ativamente os indivíduos, em especial os jovens, na retomada de valores e costumes tradicionais. No entanto, esse movimento não se manifesta de forma homogênea ou hegemônica. Ao contrário, multiplicam-se os discursos que buscam espaço e reconhecimento, gerando embates e contestações, e promovendo a afirmação pública e política de identidades marginalizadas e historicamente silenciadas. Esse cenário de disputas, confrontos e questionamentos contribui para o aprendizado coletivo. (Louro, 2013).

A incidência da misoginia em ambientes online reflete e amplia as estruturas de desigualdade de gênero presentes na sociedade, manifestando-se de forma agressiva e sistemática. Nas plataformas digitais, mulheres são frequentemente alvo de discursos de ódio, assédio e violência simbólica, que limitam sua participação e liberdade de expressão. Essas práticas misóginas naturalizadas perpetuam estereótipos de gênero e reforçam a dominação masculina no espaço virtual.

Além disso, a impunidade e a sensação de anonimato proporcionadas pela internet contribuem para a escalada desses comportamentos, criando um ambiente hostil e excludente. A luta contra a misoginia online exige, portanto, não apenas a implementação de políticas de moderação eficazes, mas também a promoção de uma educação crítica que questione as normas patriarcais e incentive o respeito à diversidade.

Dessa forma, é possível vislumbrar a construção de espaços digitais mais inclusivos e equitativos, onde todas as vozes possam coexistir sem medo de represálias. A análise desse fenômeno evidencia a urgência de abordagens interdisciplinares que integrem perspectivas de gênero, tecnologia e direitos humanos para enfrentar os desafios contemporâneos.

A partir dessas reflexões, é preciso aprofundar e buscar maiores informações sobre esse movimento e suas causas, e a quem ele afeta direta e indiretamente. O campo das ciências humanas deve se manter com um olhar crítico e histórico para movimentos políticos, sociais, culturais e econômicos, devendo pautar sua formação constante nas ascensões da contemporaneidade e nas mudanças sociais que atravessam os indivíduos em seus âmbitos micro e macro.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, R.; ALVES, S. DE C.. **“O feminismo finalmente venceu”:** metapragmáticas misóginas e antifeministas disfarçadas de liberdade de expressão. *Bakhtiniana: Revista de Estudos do Discurso*, v. 19, n. 4, p. e64702p, 2024.

AMATO, B; MIGUEL, R. **De Matrix a Suzano: manófera, teoria red pill e o massacre da escola Raul Brasil.** *Revista Brasileira de Estudos da Homocultura*, [S. l.], v. 7, n. 22, 2024. DOI: 10.29327/2410051.7.22-33. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rebeh/article/view/15797>.

BOSCH, N. V.; GIL-JUAREZ, A.. **Un acercamiento situado a las violencias machistas online y a las formas de contrarrestarlas.** *Revista Estudos Feministas*, v. 29, n. 3, p. e74588, 2021.

CESARINO, L. **AS IDEIAS VOLTARAM AO LUGAR? temporalidades não lineares no neoliberalismo autoritário brasileiro e sua infraestrutura digital.** *Caderno CRH*, [S. l.], v. 34, p. e021022, 2021. DOI: 10.9771/ccrh.v34i0.44377. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/44377>. Acesso em: 8 mar. 2025.

FIGUEIREDO, J. Com mais de 530 células, concentradas no Sul e Sudeste, Brasil é o país onde extremismo de direita mais avança. **O Globo**, 2022. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/com-mais-de-530-celulas-concentradas-no-sul-sudeste-brasil-o-pais-onde-extremismo-de-direita-mais-avanca-25411410> Acesso em: 10 mar 2025.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil**. 4 ed. 2023

FOUCAULT, M. **História da sexualidade, V.1: A vontade de saber**. Graal ed. Rio de Janeiro: 1988.

LIMA-SANTOS, A. V. de S., SANTOS, M. A. dos **Incels e Misoginia On-line em Tempos de Cultura Digital**. Estudos E Pesquisas Em Psicologia, 22(3), 1081–1102. <https://doi.org/10.12957/epp.2022.69802>

LOURO, G. L. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

MARWICK, A. E. & CAPLAN, R. **Drinking male tears: language, the manosphere, and networked harassment**. Feminist Media Studies. DOI: 10.1080/14680777.2018.1450568

MEDEIROS, M; ZANELLO, V. **Relação entre a violência e a saúde mental das mulheres no Brasil: análise das políticas públicas**. Estud. pesquis. psicol., Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 384-403, abr. 2018. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812018000100021&lng=pt&nrm=iso>.

O'MALLEY, RL, HOLT, K., e HOLT, TJ. **Uma exploração da subcultura celibatária involuntária (Incel) online**. Journal of Interpersonal Violence, 37 (7-8), NP4981-NP5008. <https://doi.org/10.1177/0886260520959625>

PASINATTO, R.; OLIVEIRA, L. A. DE. **“CHEGA DE [...] MI-MI-MI”**: O FUNCIONAMENTO DISCURSIVO DA EXPRESSÃO E SEUS EFEITOS DE SENTIDO NO TWITTER. Linguagem em (Dis)curso, v. 23, p. e-1982-4017-23-33, 2023.

SAFFIOTTI, H **Gênero, patriarcado e violência**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular : Fundação Perseu Abramo, 2015.

SILVA, M. A.. **A internet como ambiente facilitador à violência de gênero: cyberstalking, sextorsão e revenge porn** (n.86 ed.). Rio de Janeiro. 2022 https://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/175921/internet_ambiente_facilitador_silva.pdf

SUZUKI, S. (2023, Março 3). **Como 'red pills' e coaches atraem adeptos na esteira da crise da masculinidade**. BBC. <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c2v1y49yp6vo>

UGALDE, D. C. R. **Gênero como dispositivo de poder: uma análise a partir de três ordens patriarcais**. Revista Estudos Feministas, 31(2), e85909. 2023. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2023v31n285909>

VILAÇA, G.; D'ANDRÉA, C. **Da manosphere à machosfera: Práticas (sub)culturais masculinistas em plataformas anonimizadas**. Revista Eco-Pós, [S. l.], v. 24, n. 2, p. 410–440, 2021. DOI: 10.29146/ecopos.v24i2.27703. Disponível em: https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/27703. Acesso em: 25 fev. 2025.

ZANELLO, V. **Saúde Mental, Gênero e Dispositivos: cultura e processos de subjetivação**. 1 ed. Curitiba: Appris, 2018.